

Carga horária também complica

O aumento da carga horária e dos dias letivos, anunciado pelo ministro da Educação, Carlos Chiarelli, como a grande panacéia para corrigir os males da educação no País, vai dificultar ainda mais a vida das escolas públicas. Uma determinação muito difícil de cumprir, em geral, pela maioria das escolas, onde hoje é comum a prática de três ou até quatro turnos para atender a demanda. Mais ainda, em situações como a da rede pública da Bahia, onde foi criado um inacreditável sistema de alternância, para permitir que cada estudante frequente aulas dia sim, dia não. Ou em algumas escolas de Vitória, onde, quem quiser sentar, tem que dividir uma carteira individual com um ou dois colegas.

Os recursos prometidos pelo ministério, para garantir a ampliação da rede escolar de modo a absorver esta nova carga horária, são claramente insuficientes para ao menos recuperar a estrutura física das escolas existentes. Serão 200 milhões de dólares até o

final de 1992, quando os próprios técnicos do ministério confirmam que, apenas para concluir as escolas técnicas de 1º grau iniciadas durante o governo Sarney, é preciso 80 bilhões de dólares.

A história das verbas federais na educação fundamental será contada em quatro reportagens, a partir de hoje. Na primeira delas, os repórteres acompanham a origem e o destino das verbas liberadas por deputados federais e senadores para "subvencionar" o estudo de alunos pobres e que acabam, quase sempre, pagando as mensalidades de familiares e amigos nas escolas mais caras de Brasília. Ou sustentando cabos eleitorais, correlegionários políticos e entidades fantasmas em todo o País. O exemplo do Congresso Nacional, que usa recursos públicos destinados à educação de crianças pobres para favorecimento pessoal é o abre-alas para outros usos igualmente indevidos, como acontece, por exemplo, na manipulação do salário-educação, mostrado na segunda reportagem da série.